

## VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL

### Aviso n.º 41/2007 de 23 de Janeiro de 2007

Tendo sido publicado no *Jornal Oficial* II série, n.º 50, 12 de Dezembro de 2006 o aviso do concurso interno de acesso geral para um lugar de chefe de secção de contabilidade e economato, o mesmo é republicado pelo aviso em anexo:

1 - Torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral, para preenchimento de um lugar de **chefe de secção de contabilidade e economato** da Divisão dos Serviços Administrativos do quadro de pessoal anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2006/A, de 9 de Fevereiro.

2 - O presente concurso rege-se pelas disposições aplicáveis pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/A, de 31 de Julho, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Agosto e do Despacho Normativo n.º 44/2003, de 18 de Dezembro.

3 - O prazo de validade deste concurso termina com o provimento do lugar.

4 - O local de trabalho é na Divisão dos Serviços Administrativos na Vice-Presidência do Governo Regional, no Palácio da Conceição, em Ponta Delgada, sendo o vencimento o estipulado no quadro anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

5 - Compete ao cargo posto a concurso orientar, coordenar e supervisionar as actividades desenvolvidas na Divisão dos Serviços Administrativos, em conformidade com as respectivas atribuições, nomeadamente nas áreas de contabilidade e economato.

6 - São requisitos gerais de admissão a concurso os previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excepcionais por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter dezoito anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatórias.

6.1 - São requisitos especiais possuir a categoria de assistente administrativo especialista, ou tesoureiro, com a classificação no mínimo de *Bom*.

7 - Os métodos de selecção a utilizar são os constantes do artigo 30.º do Regulamento dos concursos para lugares de ingresso e acesso, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 44/2003, de 18 de Dezembro, em conjugação com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.1 - Os métodos de selecção a utilizar no concurso para o provimento no lugar de Chefe de Secção são os seguintes:

- a) Prova de Conhecimentos;

b) Avaliação Curricular.

7.2 - Na avaliação curricular ponderar-se-ão:

- a) A experiência profissional nas áreas de contabilidade e economato;
- b) Habilitações literárias;
- c) Formação profissional;
- d) Classificação de serviço.

7.3 - A ordenação final dos candidatos resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos métodos de selecção atrás referidos, de acordo com os critérios estabelecidos na acta de abertura do presente concurso.

8 – O programa de provas de conhecimento dos concursos de acesso na categoria de chefe de secção é o constante do Anexo I do presente Aviso e que dele faz parte integrante.

9 - A relação dos candidatos admitidos será afixada na Divisão dos Serviços Administrativos da Vice-Presidência do Governo Regional, no Palácio da Conceição, em Ponta Delgada.

10 - As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em papel adequado e delas devem constar, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Habilitações profissionais (acções de formação, especializações, seminários);
- d) Experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, a menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual categoria e na função pública;
- e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

11 – Conjuntamente com o requerimento de admissão a concurso, os candidatos deverão obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos:

- *Curriculum vitae*, detalhado, datado e assinado;
- Cópia do bilhete de identidade;
- Documento comprovativo das habilitações literárias;
- Documentos comprovativos da formação profissional;
- Declaração, devidamente actualizada e autenticada, dos serviços a que se acham vinculados, da qual conste de maneira inequívoca, a natureza do vínculo, o tempo de serviço prestado na função pública, na carreira administrativa e tesoureiro na categoria de assistente administrativo especialista e tesoureiro, bem como as classificações de serviço qualitativas e quantitativas referentes à mesma categoria.

11.1 – A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão constantes do presente aviso determina a exclusão do concurso, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 – Os requerimentos poderão ser entregues, por mão própria, na Divisão dos Serviços Administrativos da Vice-Presidência do Governo Regional, Palácio da Conceição, Rua 16 de Fevereiro, 9504-508 Ponta

Delgada, ou remetidos pelo correio, registados com aviso de recepção, dirigidos à presidente do júri do concurso.

13 – O júri, para este concurso, terá a seguinte constituição:

Presidente: Dr.<sup>a</sup> Teresa Maria da Silveira Torres Castro Neves Rebelo, Chefe de Divisão de Inspeção e Gestão Patrimonial.

Vogais

efectivos: Dr. Rogério Gomes Moitoso, Director de Serviços Financeiros, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos;

Maria José Cabral Pereira, Técnico Superior Principal.

Vogais

suplentes: Dr.<sup>a</sup> Maria Eduarda Alves Cardoso Santos Vieira, Chefe de Divisão de Contabilidade Pública Regional;

Maria da Conceição Lopes Miranda Arruda, Chefe de Secção.

23 de Novembro de 2006. - A Presidente do Júri, *Teresa Maria da Silveira Torres Castro Neves Rebelo*.